

# O imbróglio dos museus nacionais

*A rede de museus nacionais está sobredimensionada. Tentar parcerias com outras entidades, como as câmaras, ou transferir para a tutela daquelas alguns museus, certamente que sim; transferir as tutelas para as direcções regionais é uma falsa solução, pois são apenas extensões do Estado central*

A gratuidade é uma das questões mais complexas e sensíveis das artes e do sector cultural - e como tal merece uma reflexão autónoma. Fixemo-nos então por agora nalguns pontos.

O mais sensível e difundido é o que a era digital veio possibilitar com os downloads - "pirataria" se lhe chama também. É como que uma "utopia libertária", se não tivesse um efeito assaz perverso: afectou gravemente não só as grandes multinacionais dos sectores do disco e do cinema como os próprios direitos dos autores e intérpretes.

Esse novo dado também recolocou na ordem do dia a questão genérica da possível gratuidade. Sucede que a cultura, além de ser um direito, de resto constitucionalmente consagrado em Portugal, é um bem simbólico da maior importância, mas que também tem custos que não podem ser depreciados.

Atendamos ao caso dos museus, que historicamente foi o sector em que a "promessa" de fruição geral se patenteou de modo mais evidente - tal como a escola pública, a cultura pública é um dado "prometaico", e de uma "promessa" de formação da cidadania em geral.

Embora não tenha sido o primeiro museu público, o Louvre foi o paradigma simbólico, instituído pela Convenção revolucionária em 1791: as colecções que eram as do rei soberano passaram a ser patentes para o novo sujeito da soberania, o povo, e gratuitamente. Só nos 20 do século XX o museu passou a ser de entrada paga: actualmente é de entrada gratuita um domingo por mês.

Para dar apenas mais dois outros exemplos, em 1991, Tony Blair reentrouzuiu as entradas grátis nos museus e, na sequência do consulado de Jack Lang, em França multiplicaram-se as manifestações culturais gratuitas. Mas quer na Grã-Bretanha quer em França existem relatórios concluindo que, ao contrário da suposição política, a extensão da gratuidade não suscitou uma maior diversificação social dos públicos: foram sobretudo aqueles que já tinham o hábito de frequentar que o passaram a fazer mais vezes.

A questão é, pois, complexa. Não obsta isso à firme convicção de que é importante manter o regime actual de entradas grátis nos museus aos domingos de manhã, bem como a grupos escolares e outros.

Em contraponto temos o caso escandaloso do Museu Berardo. Já nem se trata apenas da falta de acatamento dos interesses do Estado, que tanta polémica provocou, inclusive as reservas do Presidente da República, ou a amputação de um núcleo expositivo fulcral à vocação multidisciplinar do Centro Cultural de Belém. Trata-se também da extensão "ad infinitum" das entradas gratuitas: primeiro era para ser no mês inicial, depois até ao fim do ano e foi-se prolongando, por decisão do próprio Berardo, quando no entanto os custos de manutenção são pagos pelo Estado. Dados os específicos tipos de frequência do CCB, seria curial que houvesse gratuidade por inteiro aos domingos, e não apenas de manhã, ou mesmo, quiçá, aos fins-de-semana. Mas o que se passa é um abuso, mesmo uma "concorrência desleal".

Eis que, para nossa estupefacção, o Presidente do Instituto dos Museus e da Conservação, João Brigola, veio recentemente anunciar que estava em estudo a redução das entradas gratuitas para um domingo por mês. A proposta foi de imediato desmentida pelo gabinete da ministra. O que também se infere é que a medida estava a ser estudada com o secretário de Estado, Elísio Sumavielle, sem o conhecimento de Gabriela Canavilhas, e que portanto também aquele foi desmentido. É pois um imbróglio político, que aliás não surpreende: a escolha de um apparatchik como Sumavielle foi o primeiro erro de Canavilhas.

Vou citar dois exemplos, por serem dos mais recentes escândalos do estado do país: a baixa do IVA dos campos de golfe de 25 por cento para 6 por cento e a indemnização de 1,2 milhões de euros que o boy scroatic Rui Pedro Soares recebeu da PT. Ambos são insultos à generalidade dos cidadãos obrigados a sofrer com o descalabro inaudito da governação, mas chamo-os aqui à colação porque num sector tão duramente afectado como o da Cultura - e estamos cientes de que o estado



**No Museu Nacional de Arte Antiga a exposição "Primitivos Portugueses" termina no próximo dia 23 - este domingo será o último de entrada gratuita**

## Augusto M. Seabra

das coisas não vai mudar nos próximos anos - não se pode deixar de os sentir também como insultos, tanto mais tentando obter receitas com a redução das entradas gratuitas nos museus e ainda um aumento dos preços, que, disse Brigola, propiciaria mais 800.000 euros anuais, bem menos que só o pagamento do tal boy.

Uma das boas decisões de Gabriela Canavilhas foi garantir a continuidade do Museu de Arte Popular. Mas deixou-se também entusiasmar pelo projecto mais extemporâneo: o novo museu dos Coches, projecto do laureado arquitecto brasileiro Paulo Mendes da Rocha, sobre o qual ninguém tenha sido ouvido, como o expressou inclusive a Câmara Municipal de Lisboa, e de um custo estimado em 31,5 milhões de euros, uma verdadeira obscuridade no quadro actual das dificuldades dos museus e da cultura em geral, a que acresce que ninguém sabe como vão ser pagos os custos de funcionamento.

De resto, o Ministério da Cultura não foi achado no processo, iniciativa daquele ministro da Economia que declarou que a crise já tinha passado, e que promoveu coisas como o "Allgarve" ou a campanha "Europe's West Coast", Manuel Pinho, que entretanto foi nomeado para a Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva. Acrescenta-se que o contrato foi feito através da Sociedade Frente Tejo, que recebe contrapartidas do jogo no Casino de Lisboa, e que agora está sem dinheiro para levar a cabo as obras na baixa pombalina!

## Qual o destino da colecção do Instituto de Arte contemporânea? Já que o Estado interveio no BPP, acautela-se o interesse público nas obras da Fundação Elipse?

Embora pouco concretizado, o Plano Nacional dos Museus apresentado por Brigola era auspicioso nas suas orientações estratégicas, e a própria Canavilhas, quando da posse do director do Museu Nacional de Arte Antiga, Paulo Filipe Pimentel, uma excelente nomeação, de resto, veio anunciar um futuro novo modelo de gestão, criando expectativas.

Eis que entretanto Sumavielle deu um arzinho da sua graça, com um texto no PÚBLICO, "para dar conta do que 'invisivelmente' vem sendo feito no que respeita ao Património Cultural", especificando em concreto as Direcções Regionais de Cultura. Era afinal o pré-anúncio da passagem para a tutela daquelas de alguns museus.

A rede de museus nacionais está claramente sobredimensionada; alguns são de âmbito municipal ou regional como o Joaquim Manso da Nazaré ou o das Terras de Miranda, e deviam passar para tutelas nessas áreas - de resto, também já numerosas câmaras municipais investem na cultura, e salienta-se logo a actividade que vem sendo desenvolvida pelo Museu do Neo-Realismo em Vila Franca de Xira ou o Museu de Portimão. E em Lisboa, a que propôs é parte da rede a Casa Museu Anastácio Gonçalves? Entretanto há lamentáveis casos de museus nacionais votados ao abandono como o Soares dos Reis no Porto e o Machado de Castro em Coimbra.

Tentar parcerias com outro tipos de entidades, como as câmaras, ou até transferir para a tutela daquelas alguns museus, mesmo que com apoio orçamental do MC, certamente que sim; transferir as tutelas para as direcções regionais é uma falsa solução, pois que aquelas são apenas extensões do Estado central.

O lado perverso da gestão Carrilho foi o de, multiplicando novos Institutos, sobredimensionar o MC. O ministério tem de ser globalmente repensado - isso e não equivocos como a transferências de competências para as DR.

Entretanto permanece o intuito insano de transferir o Museu de Arqueologia, que está nos Jerónimos, para a Cordoaria Nacional, que não tem condições para o acolher e é uma estrutura particular que importa preservar. E há mais notícias: soubemos agora que obras de Vieira da Silva, provenientes da Colecção Jorge de Brito, continuam em vias de classificação há já quase seis anos, e não foram objecto de acordo com os herdeiros do banqueiro. E há perguntas: qual o destino a dar ao que era a colecção do Instituto de Arte contemporânea? Já que o Estado interveio no BPP, será acatulado o interesse público nas obras da Fundação Elipse? E ainda, no tocante à intervenção em particular ruínas no BPN - e este sendo um facto que desconhecia -, o que sucederá à colecção de obras de Miró que os raros que a viram acham muito significativa?

É um novelo, com tantas questões e imbróglis.

*P.S. - Depois do imenso sucesso na apresentação das magníficas Tapeçarias de Pastrana, há outra importante exposição no MNA, a dos "Primitivos Portugueses", que em torno de obras emblemáticas como os "Painéis de São Vicente" ou o "Ecce Uomo" de autor anónimo, mas com muitas outras, propicia uma perspectiva do "Século de Nuno Gonçalves". Prevista para encerrar a 28 de Fevereiro, a exposição foi sendo prolongada, terminando no próximo dia 23. Atenção que este domingo será pois o último de entrada gratuita.*